



**GUSTAVO LOURENÇO**

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

Edital publicado no site [www.gustavoleiloeiro.com.br](http://www.gustavoleiloeiro.com.br), em 05/06/2026, na forma do Art. 887, §2º do CPC

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 29ª Vara Cível

Av. Erasmo Braga 115, 3º Pav. 115 SL 333,335 e 337 D – CEP: 20210-030, Centro- Rio de Janeiro/RJ.

tel. 3133-2406 e-mail: [cap29vciv@tjrj.jus.br](mailto:cap29vciv@tjrj.jus.br)

**EDITAL de 1º e 2º PÚBLICO LEILÃO ONLINE E INTIMAÇÃO, com prazo de 05 (dias) dias (ART. 879 – II; 882 - §1º, 2º CPC e RESOLUÇÃO CNJ nº 236, Art. 10 - §Único)**, extraído dos autos da Ação de Procedimento Comum proposta pelo **CONDOMÍNIO JARDIM MONTEVIDEO** em face de **CLEIS MARIA YARA PITELLA PORTELLA E OUTROS - Processo nº. 0260226-86.2017.8.19.0001**, passado na forma abaixo:

O DR. MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MOURA BRITO - Juiz de Direito da Vara acima, FAZ SABER o presente Edital aos interessados que virem ou dele tiverem conhecimento, especialmente a **CLEIS MARIA YARA PITELLA PORTELLA; JOSÉ CARLOS PITELLA e FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA**, na forma do Art. 889, Inciso I do CPC, de que no dia **02/07/2026** às 12:30 horas, com término às 12:50 horas, será aberto o **1º Público Leilão**, através da **Plataforma de Leilões - [www.gustavoleiloeiro.com.br](http://www.gustavoleiloeiro.com.br)**, pelo Leiloeiro Público GUSTAVO PORTELLA LOURENÇO, devidamente credenciado no TJ/RJ – SEI 2025-06315657, estabelecido à Av. Erasmo Braga nº. 277 – Sala 608, Centro/RJ., tel. 21 2220-0863, e-mail: [suporte@gustavoleiloeiro.com](mailto:suporte@gustavoleiloeiro.com), apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no dia **07/07/2026**, no mesmo horário e local, o **2º Público Leilão** a partir de **50% do valor da avaliação – Art. 885 e 891, §único do CPC**, que estará aberto na forma online, do imóvel penhorado fls. 559 (Termo da Penhora); descrito e avaliado às fls. 649/650, como segue:

- **LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA: IMÓVEL: RUA REAL GRANDEZA, Nº 61, APTO. 303 - BOTAFOGO**, Rio de Janeiro/RJ, devidamente registrado, dimensionado e caracterizado no 3º Ofício de Registro de Imóveis, sob matrícula nº 36.625, conforme cópia de Certidão que acompanhou o mandado, e na inscrição municipal de nº 0.543.113-5 (IPTU), idade: 1946, área edificada de 103m2, conforme cópia que acompanhou o mandado. **TRATA-SE DE AVALIAÇÃO INDIRETA JUSTIFICATIVA**: Avaliação Indireta em observância ao Aviso nº 02/2016 da CCM/VCIV, datada de 06 de abril de 2016 Compareci ao local da diligência nas datas de 19/09/2025, às 09:25h; 25/09/2025, às 08:30h, e 06/10/2025, às 10:30h, onde, os porteiros do prédio, Sr. André Luiz, e Sr. Wilian, tentaram contato com os ocupantes do apartamento, tocando por várias vezes o interfone do imóvel, e não serem atendidos, informando a este OJA que os moradores se encontravam no imóvel. **EDIFÍCIO**: Prédio alinhado da via pública, natureza residencial, condomínio denominado "Jardim de Montevideo", com portão de entrada de ferro, portaria tipo guarita com piso em cerâmica e paredes em argamassa, segurança 24 horas, 12 apartamentos. **DA REGIÃO**: Área encontra-se servida por alguns dos melhoramentos públicos do município como distribuição de energia elétrica, rede telefônica, iluminação pública, asfaltamento, rede de água e esgotos, diversas linhas de ônibus que servem o bairro, taxis, estação de metrô, transporte de aplicativos e amplo comércio. Assim, ante as pesquisas levadas a efeito na região para tomada de preço de imóveis semelhantes ao avaliando, considerando-se a sua localização, dimensões, área construída e características, padrão do logradouro, idade, **AVALIO INDIRETAMENTE** o imóvel acima descrito, em R\$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais).

- Conforme certidão expedida pelo 03º RGI do Rio de Janeiro, registrado na matrícula nº 36.625, assim descrito: **IMÓVEL: Apartamento nº 303 a Rua Real Grandeza nº. 61 e a correspondente fração de 1/12 do domínio útil do respectivo terreno na freguesia da Lagoa. Foreiro ao Município do Rio de Janeiro**, registrado no ato **R.8 COMPRA E VENDA**: Em favor de Antônio Mendes, português, comerciante, casado pela comunhão de bens com Maria Severina da Silva Mendes, residentes nesta cidade. RJ, 11/10/1983; **R.7 – PENHORA**: Juízo da 12ª VFP – Execução Fiscal - Processo nº I-5493/1999, para garantia da dívida no valor de R\$ 1.424,00. RJ, 06/06/2002; **R.08 – PENHORA**: Oriunda da mencionada, para garantia da dívida no valor de R\$ 111.245,03. RJ, 02/08/2024.



**GUSTAVO LOURENÇO**

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

- Inscrito na Prefeitura do Rio de Janeiro sob o nº. 0.543113-5. Área edificada de 103 m2.
- Conforme Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica, apresenta débitos de IPTU nos exercícios de 2002 a 2006, 2010 a 2017, 2022 a 2026, perfazendo o total de **R\$ 88.102,45**, mais os acréscimos legais.
- **Taxa de Incêndio** – FUNESBOM, inscrição nº. 2101558-1, apresenta débito nos exercícios de 2021 a 2025, no total de **R\$ 869,70**.
- Valor da execução = **R\$ 163.880,93**, mais os acréscimos legais;
  - A arrematação se dará livre e desembaraçada de todos e quaisquer débitos na forma do Art. 130, §Único do CTN c/c artigo 908, §1º do CPC, não havendo sucessão do arrematante em nenhuma dívida, ônus e/ou responsabilidade anterior(es), visto se tratar de arrematação de forma de aquisição originária da propriedade (STJ, REsp 1038800/RJ 2ª Turma, Rel. Min Herman Benjamin).
- As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos Editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, bem como, em se tratando de bens imóveis de eventuais restrições para construção, averbadas ou não na matrícula ou para construções futuras.
- Com o pagamento integral, a prova do recolhimento tributário (artigo 901, do CPC), bem como a prova de quitação fiscal, será expedida a Carta de Arrematação, além de mandado de entrega do bem (se móvel for) e de imissão na posse (sendo imóvel) imediatamente, em favor do arrematante. Em relação à preferência na arrematação, observar-se-á o artigo 892, §§ 2º e 3º, do CPC.
- **Condições de Venda:** O leilão eletrônico será conduzido pelo **Leiloeiro Público Oficial GUSTAVO PORTELLA LOURENÇO**, inscrito na JUCERJA sob a matrícula nº 105, através do portal eletrônico - **site – [www.gustavoleiloeiro.com.br](http://www.gustavoleiloeiro.com.br)**. Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente efetuar o cadastro pessoal no site do Leiloeiro ([www.gustavoleiloeiro.com.br](http://www.gustavoleiloeiro.com.br)) e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade online, sujeito à aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise da documentação exigida na forma e no prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site do Leiloeiro); Todos os lances efetuados por usuário certificado não são passíveis de arrependimento. O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência do início do leilão (art. 11, da Resolução 236/2016 do CNJ). Os interessados poderão enviar seus lances previamente. Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances (artigo 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ).
- A venda será efetuada à vista. Na forma do artigo 892, caput do CPC, autorizo que possa ocorrer, alternativamente, o pagamento inicial (e imediato) de 30% (art. 884, inciso IV, do Código de Processo Civil), do valor lançado, através de guia de depósito judicial (emitida pelo leiloeiro), e enviada pelo e-mail do Leiloeiro, bem como deverá ser depositada na conta corrente do Sr. Leiloeiro a comissão do Leilão, à vista, através de depósito bancário - PIX. A conta corrente do Sr. Leiloeiro será informada ao arrematante através e-mail ou contato telefônico, com a complementação, 70% restantes no prazo de 05 (dias). Ainda será devido o pagamento de custas de cartório de 1% até o máximo permitido em lei. Sendo efetuado o pagamento por cheque, o depósito será efetuado no primeiro dia útil seguinte ao leilão efetuado, à disposição do juízo.
- Caso haja proposta, na aquisição do bem em parcelas, o interessado deverá apresentá-la através de petição ao Juízo, antes da realização do Público Leilão, mediante sinal à vista do valor equivalente a 25% do lance, nos termos do Art. 895, I e II do CPC. Destacado, também, que a apresentação destas propostas não importará na suspensão do leilão e que elas serão avaliadas pelo Juízo, conforme critérios legais



**GUSTAVO LOURENÇO**

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

aplicáveis à espécie (art. 895, §§6º a 8º, CPC). Ressalte-se que a oferta para aquisição à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado consoante disposto no artigo 895 §7º do CPC.

- Caso após os inícios dos trabalhos do leiloeiro ocorra a remição ou qualquer ato por conta do devedor ou credor que obste a consumação da alienação em hasta pública, caberá o pagamento de comissão no equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação por quem der causa (no caso de acordo, tal valor será pro rata), sem prejuízo da reposição das despesas. Tal pagamento, além de ser justificado pelo trabalho exercido pelo leiloeiro, visa não incentivar a procrastinação da execução pelo executado até o último momento possível, sem qualquer ônus.

- Demais informações serão prestadas na ocasião do pregão suprindo, assim, qualquer omissão porventura existente neste Edital.

- Fica(m) o(s) devedor(es), o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, pelo presente edital intimados dos Leilões, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 – Inciso I e § Único do CPC.

– As certidões de que trata o Art. 255, inciso XIX da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, alterado pelo provimento 82/2020, serão lidas no ato do pregão.

– E para que cheque ao conhecimento de todos os interessados foi expedido o presente, que será publicado através da plataforma de leilões on-line: [www.gustavoleiloeiro.com.br](http://www.gustavoleiloeiro.com.br), e [www.sindicatodosleiloeirosrj.com](http://www.sindicatodosleiloeirosrj.com), de acordo com o Art. 887 § 2º e 3º do CPC, e estará afixado no local de costume.

- Dado e passado na cidade do Rio de Janeiro, aos 08 dias do mês de junho do ano de 2026. Eu, Luciane Cardoso Duarte – Chefe da Serventia, matrícula nº. 01/23934, o fiz datilografar e subscrevo. (as.) Dr. Marco Antônio Ribeiro de Moura Brito – Juiz de Direito.